

**CONVÊNIO DE FINANCIAMENTO NÃO REEMBOLSÁVEL DE INVESTIMENTO DO
FUNDO GLOBAL PARA O MEIO AMBIENTE (GEF)
Nº GRT/FM-16661-BR**

entre o

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE (FUNBIO)

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
Em sua qualidade de administrador do Fundo Global Para o Meio Ambiente (GEF)

Projeto de Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga,
Pampa e Pantanal – “GEF Terrestre”

22 de maio de 2018

CONVÊNIO DE FINANCIAMENTO NÃO REEMBOLSÁVEL DE INVESTIMENTO DO FUNDO GLOBAL PARA O MEIO AMBIENTE (GEF)

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Este convênio de financiamento não-reembolsável, doravante denominado “Convênio”, é celebrado entre o FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE (FUNBIO), doravante denominado “Beneficiário” ou “Órgão Executor”, e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, doravante denominado, individualmente, “Banco”, na qualidade de administrador do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), e juntamente com o Órgão Executor, as “Partes”, em 22 de maio de 2018.

Este Convênio é celebrado por força do Memorando de Entendimento assinado em 19 de maio de 2004, entre o Banco e a Secretaria do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), para acesso direto aos recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), mediante transferências ao Fundo BID/GEF, e por força do Acordo sobre Procedimentos Financeiros assinado em 5 de abril de 2010, entre o Banco e o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (BIRF), em sua qualidade de Administrador do GEF.

CAPÍTULO I

Objeto e Elementos Integrantes do Convênio

CLÁUSULA 1.01. Objeto do Convênio. O objeto deste Convênio é acordar os termos e condições em que o Banco concede um financiamento não-reembolsável ao Órgão Executor para contribuir ao financiamento e execução do Projeto de Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal – “GEF Terrestre”, cujos aspectos principais acordam-se no Anexo Único.

CLÁUSULA 1.02. Elementos Integrantes do Convênio. Este Convênio é integrado por estas Disposições Especiais, pelas Normas Gerais e pelo Anexo Único, e sua interpretação estará sujeita às regras previstas no Artigo 1.02 das Normas Gerais.

CAPÍTULO II

O Financiamento Não-Reembolsável

CLÁUSULA 2.01. Montante do Financiamento Não Reembolsável. Nos termos deste Convênio, o Banco compromete-se a conceder ao Órgão Executor, e este aceita, um financiamento, não reembolsável, a seguir denominado “Contribuição”, a débito dos recursos do Fundo BID/GEF, até um montante de US\$ 32.621.820,00 (trinta e dois milhões, seiscentos e vinte e um mil oitocentos e vinte Dólares), que façam parte dos referidos recursos.

CLÁUSULA 2.02. Solicitação de desembolsos e moeda dos desembolsos. A Contribuição será desembolsada em Dólares, que façam parte dos recursos do Fundo BID/GEF, à medida em que o BIRF, na sua qualidade de Administrador do GEF, coloque tais recursos à disposição do

Banco no Fundo BID/GEF, conforme o disposto no Acordo sobre Procedimentos Financeiros assinado entre o Banco e a Secretaria do Fundo Global para o Meio Ambiente em 5 de abril de 2010. O Órgão Executor poderá solicitar ao Banco desembolsos da Contribuição de acordo com o disposto no Capítulo III das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.03. Prazo de execução e de desembolsos. O Prazo de Execução e de Desembolsos do Projeto será de 5 (cinco) anos contados a partir da data de entrada em vigor deste Convênio.

CLÁUSULA 2.04. Financiamento Paralelo. (a) O valor dos recursos adicionais aos da Contribuição é estimado em quantia equivalente a US\$ 159.154.671,00 (cento e cinquenta e nove milhões, cento e cinquenta e quatro mil e seiscentos e setenta e um Dólares), valor oriundo de um financiamento paralelo do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de outras entidades parceiras do Projeto, e se destinará a financiar as categorias a ele debitadas, estabelecidas no quadro de custos do Projeto que consta do Anexo Único.

(b) Os recursos adicionais aos da Contribuição, a serem fornecidos pelo MMA e as outras entidades públicas beneficiárias do Projeto serão aplicados nos termos da legislação brasileira, e não serão executados pelo Órgão Executor, não havendo transferência de recursos do financiamento paralelo para o Órgão Executor.

(c) As fontes do financiamento paralelo estarão detalhadas nas cartas de contrapartida do MMA e dos parceiros do Projeto.

CAPÍTULO III **Desembolsos e Uso de Recursos da Contribuição**

CLÁUSULA 3.01. Condições prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso dos recursos da Contribuição está condicionado ao cumprimento, de maneira satisfatória para o Banco, das condições prévias estipuladas no Artigo 3.01 das Normas Gerais e dos seguintes requisitos:

- (a) A evidência da constituição da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), no âmbito da estrutura organizacional do Órgão Executor, e seleção de sua equipe básica descrita no parágrafo 4.03 do Anexo Único;
- (b) A entrada em vigor do acordo de cooperação celebrado entre o Órgão Executor e o MMA, nos termos previamente acordados com o Banco;
- (c) A entrada em vigor do Manual Operacional do Projeto (MOP) de acordo com os termos previamente acordados com o Banco; e
- (d) A adaptação e customização do sistema de gerenciamento de projetos do Órgão Executor para emitir os relatórios exigidos pelo Banco, de acordo com as especificações do MOP.

CLÁUSULA 3.02. Uso dos recursos da Contribuição. (a) Os recursos da Contribuição somente poderão ser utilizados para pagar despesas que cumpram com os seguintes requisitos:

- (i) que sejam necessárias para o Projeto e estejam em consonância com os objetivos do mesmo;
- (ii) que sejam efetuadas de acordo com as disposições deste Convênio e as políticas do Banco;
- (iii) que sejam adequadamente registradas e respaldadas nos sistemas do Órgão Executor;
- (iv) que sejam efetuadas após 12 de março de 2018 e antes do vencimento do Prazo de Desembolso ou suas prorrogações. Tais despesas serão doravante denominadas “Despesas Elegíveis”.

(b) Sem prejuízo do disposto no inciso (a) desta Cláusula, as despesas que cumpram com os requisitos de seus subincisos (i) e (iii), realizadas para a contratação de serviços de consultoria, serviços distintos de consultorias e despesas referentes a viagens, até o equivalente a US\$ 700.000,00 (setecentos mil Dólares), poderão ser reconhecidas pelo Banco como Despesas Elegíveis desde que tenham sido efetuadas entre 12 de setembro de 2016 e 12 de março de 2018, de acordo com condições substancialmente análogas às estabelecidas neste Convênio; e, em matéria de aquisições, que os procedimentos de contratação guardem conformidade com as Políticas de Aquisições e com as Políticas de Consultores.

CLÁUSULA 3.03. Taxa de câmbio para justificar despesas realizadas em Moeda Local do país do Órgão Executor. Para efeitos do disposto no Artigo 3.10 das Normas Gerais, as Partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (b)(i) do referido Artigo.

CAPÍTULO IV **Execução do Projeto**

CLÁUSULA 4.01. Órgão Executor. O FUNBIO será o Órgão Executor do Projeto.

CLÁUSULA 4.02. Contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens. Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(20) das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas de Aquisições são as datadas de março de 2011, contidas no documento GN-2349-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. As aquisições serão realizadas pelo Órgão Executor de acordo com as práticas estabelecidas no setor privado, conforme estabelecido no Apêndice 4 das Políticas de Aquisições do BID.

CLÁUSULA 4.03. Seleção e contratação de serviços de consultoria. Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(21) das Normas Gerais, as Partes fazem constar que as Políticas de Consultores são as datadas de março de 2011, contidas no documento GN-2350-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. As contratações de serviços de consultoria serão realizadas pelo

Órgão Executor de acordo com as práticas estabelecidas no setor privado, conforme previsto no Apêndice 4 das Políticas de Consultores do BID.

CLÁUSULA 4.04. Atualização do Plano de Aquisições. Para a atualização do Plano de Aquisições conforme o disposto no Artigo 4.04(c) das Normas Gerais, o Órgão Executor deverá utilizar o sistema de execução e acompanhamento de planos de aquisições que o Banco determine.

CLÁUSULA 4.05. Outros documentos que regem a execução do Projeto. (a) As Partes concordam que a execução do Projeto será efetuada de acordo com as disposições do presente Convênio e o estabelecido no Manual Operacional do Projeto. Se alguma disposição do presente Convênio não guardar consonância ou estiver em contradição com as disposições do Manual Operacional do Projeto, prevalecerá o disposto neste Convênio. As Partes concordam que será necessário o consentimento prévio e por escrito do Banco para a introdução de qualquer alteração no Manual Operacional do Projeto.

(b) O Manual Operacional do Projeto deverá incluir, no mínimo, um capítulo referente ao Marco de Gestão Ambiental e Social, os arranjos institucionais, os processos de aquisições e contratações, as normas de administração financeira, os modelos de relatórios técnicos e financeiros e os procedimentos para o acompanhamento e avaliação do Projeto.

CLÁUSULA 4.06. Outras obrigações de execução. A fim de reconhecer o GEF como a fonte de financiamento do Projeto, assim como para dar cumprimento à Política de Comunicação e Visibilidade do GEF, o Órgão Executor se compromete a:

- (i) incluir o logotipo do GEF em todos os documentos e publicações relacionados com o Projeto, assim como nos veículos e equipamentos financiados com recursos da Contribuição; e
- (ii) mencionar o GEF como a fonte de financiamento em qualquer evento, reunião, coletiva de imprensa, comunicado de imprensa ou página web em que se faça referência ao Projeto.

CLÁUSULA 4.07. Gestão Ambiental e Social. Para efeitos do disposto nos Artigos 4.06 e 5.02 das Normas Gerais, as Partes concordam que a execução do Projeto será regida pelas seguintes disposições, que foram identificadas como necessárias para o cumprimento dos compromissos ambientais e sociais do Projeto:

- (a) O Órgão Executor deve cumprir, e deve fazer com que qualquer outro prestador de serviços, operador, consultor ou qualquer pessoa que estiver envolvida na execução das atividades e ações financiadas pelo Projeto cumpra, com todos os requisitos ambientais, sociais e de saúde e segurança (ESHS) estabelecidos na atual legislação nacional do Brasil; assim como os requisitos ambientais, sociais e de saúde e segurança estabelecidos no Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), na Avaliação Sociocultural (ASC) de cada área de conservação (nova ou existente) apoiada pelo Projeto e em todas as revisões aprovadas pelo Banco.

- (b) O Órgão Executor deve implementar os processos de engajamento das partes interessadas do Projeto para garantir que as comunidades afetadas sejam informadas e consultadas sobre o progresso do trabalho e a gestão ESHS do Projeto e tenham acesso aos mecanismos de resolução de queixas e manifestações. O mecanismo de reclamos, conforme definido no PGAS, deve ser implementado e gerenciado pelo Órgão Executor previamente à contratação de quaisquer atividades do Projeto referentes aos componentes 1 a 5, e mantido atualizado durante todo o Prazo de Desembolsos do Projeto.
- (c) O Órgão Executor deve garantir que não será financiada pelo Projeto qualquer atividade que possa resultar em qualquer reassentamento físico e involuntário de pessoas, assim como qualquer ação que implique na restrição de acesso a recursos naturais de uso costumeiro por comunidades tradicionais.

CLÁUSULA 4.08. Manutenção. O Órgão Executor se compromete a:

- (a) conservar adequadamente os equipamentos e obras financiados com recursos da Contribuição do Banco, de acordo com as normas técnicas geralmente aceitas; e
- (b) apresentar ao Banco, durante o Prazo de Desembolsos e dentro do primeiro trimestre de cada ano, um relatório sobre o estado desses equipamentos e obras, com a apresentação do plano anual de manutenção. Se ficar comprovado, com base nas inspeções feitas pelo Banco ou nos relatórios recebidos, que a manutenção efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, o Órgão Executor deverá adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam corrigidas à satisfação do Banco.

CLÁUSULA 4.09. Condição contratual especial de execução. O Órgão Executor deve celebrar juntamente com o MMA os acordos de cooperação com os parceiros estratégicos do Projeto nos Estados beneficiários do Projeto, os quais deverão entrar em vigor previamente à execução de qualquer atividade a ser financiada com os recursos da Contribuição nos respectivos Estados, Instituto Chico Mendes (ICMBio) e Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).

CLÁUSULA 4.10. Modificações nos Acordos de Cooperação. Será necessário o consentimento prévio e escrito do Banco para que se possa introduzir qualquer alteração nos acordos de cooperação indicados nas Cláusulas 3.01(b) e 4.09 destas Disposições Especiais.

CAPÍTULO V

Supervisão e Avaliação do Projeto

CLÁUSULA 5.01. Supervisão da execução do Projeto. Para efeitos do disposto no Artigo 5.02 das Normas Gerais, os documentos que, até a data de assinatura deste Convênio, foram identificados como necessários para supervisionar o progresso na execução do Projeto são os seguintes:

- (a) O Plano Operacional Anual do Projeto, que será apresentado pelo Órgão Executor até o dia 31 de janeiro de cada ano, e conterá o planejamento operacional

detalhado, podendo ser atualizado segundo as necessidades de execução do Projeto, sendo o ciclo de planejamento operacional detalhado no MOP.

- (b) O Plano de Execução do Projeto, que será atualizado sempre que necessário, e compreenderá o planejamento completo do Projeto.
- (c) Os Relatórios Semestrais de Acompanhamento do Projeto, os quais deverão ser apresentados pelo Órgão Executor dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao término de cada semestre, durante o Prazo de Desembolsos ou suas extensões, o qual incluirá o Relatório de Cumprimento Ambiental e Social, de acordo com o previsto no MOP.
- (d) O Relatório de avaliação intermediária, o qual deverá ser apresentado pelo Órgão Executor, nos termos acordados com o Banco, após decorridos 30 (trinta) meses da execução do Projeto ou posteriormente ao desembolso de 50% (cinquenta por cento) dos recursos da Contribuição, o que ocorrer primeiro.
- (e) O Relatório de avaliação final, o qual deverá ser apresentado pelo Órgão Executor nos últimos 6 (seis) meses anteriores ao término do Prazo de Desembolsos, e conterá uma avaliação de impacto do Projeto, nos termos previamente acordados com o Banco.

CLÁUSULA 5.02. Supervisão da gestão financeira do Projeto. (a) Para efeitos do estabelecido no Artigo 5.03 das Normas Gerais, os relatórios de auditoria financeira externa e outros relatórios que, até a data de assinatura deste Convênio, foram identificados como necessários para supervisionar a gestão financeira do Projeto são os seguintes:

- (i) Demonstrações financeiras do Projeto, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente aceitável ao Banco e apresentadas ao Banco dentro dos 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao encerramento do exercício financeiro do Projeto. A última dessas demonstrações financeiras auditadas deverá ser apresentada ao Banco dentro dos 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao vencimento do Prazo de Desembolsos ou suas extensões.

(b) Para efeitos do disposto no Artigo 5.03(a) das Normas Gerais, o exercício financeiro do Projeto é o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO VI

Disposições Diversas

CLÁUSULA 6.01. Vigência do Convênio. Este Convênio começa a vigorar na data de sua assinatura.

CLÁUSULA 6.02. Comunicações e Notificações. (a) Todos os avisos, solicitações, comunicações ou relatórios que as Partes devam realizar em virtude deste Convênio com relação à execução do Projeto, à exceção das notificações mencionadas no seguinte inciso (b), serão efetuados por escrito e se considerarão realizados no momento em que o documento correspondente for recebido pelo destinatário no respectivo endereço indicado a seguir, ou por meios eletrônicos nos termos e condições que o Banco estabeleça e informe ao Órgão Executor, a menos que as Partes acordem por escrito de outra forma.

Do Órgão Executor:

Endereço postal:

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO
Secretaria Geral
Rua Voluntários da Pátria, 286/ 5º andar, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22.270-014

Fax: (55 21) 2123-5334

E-mail: rosa.lemos@funbio.org.br

Do Banco:

Endereço postal:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Representação do Banco no Brasil
Setor de Embaixadas Norte,
Quadra 802, cj. F, lote 39
Brasília, DF – CEP 70.800-400

Fax: (55 61) 3317-3112

E-mail: BIDBrasil@iadb.org

Do Ministério do Meio Ambiente (MMA):

Endereço postal:

Secretaria de Biodiversidade
Esplanada dos Ministérios – Bloco B
Brasília, DF - CEP 70.068-900
Processo SEI: 02000.001930/2014-10

Fone: (55 61) 2028-2318

E-mail: gefterrestre_ucp@mma.gov.br

(b) Qualquer notificação que as Partes devam realizar em virtude deste Convênio sobre assuntos distintos daqueles relacionados com a execução do Projeto, incluindo as solicitações de desembolsos, deverá realizar-se por escrito e ser enviada por correio registrado, e-mail ou fax, dirigido a seu destinatário a qualquer dos endereços indicados a seguir, e será considerada realizada no momento em que for recebida pelo destinatário no respectivo endereço, ou por meios eletrônicos nos termos e condições que o Banco estabeleça e informe ao Órgão Executor, a menos que as Partes acordem por escrito outra forma de notificação.

Do Órgão Executor:

Endereço postal:

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO
Secretaria Geral
Rua Voluntários da Pátria, 286/ 5º andar, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22.270-014

Fax: (55 21) 2123-5334

E-mail: rosa.lemos@funbio.org.br

Do Banco:

Endereço postal:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577
EUA

Fax: (1 202) 623-3096

E-mail: BIDBrasil@iadb.org

(c) O Banco e o Órgão Executor comprometem-se a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e ao Ministério do Meio Ambiente, nos endereços abaixo indicados, cópia das correspondências relativas ao Projeto.

Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN

Endereço postal:

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5º andar

Brasília, DF – CEP 70040-906

Fone: (55 61) 2020-4463 / (55 61) 2020-4464

E-mail: seain.cogex@planejamento.gov.br

Ministério do Meio Ambiente

Endereço postal:

Ministério do Meio Ambiente (MMA):
Secretaria de Biodiversidade
Esplanada dos Ministérios – Bloco B
Brasília, DF - CEP 70.068-900
Processo SEI: 02000.001930/2014-10

Fone: (55 61) 2028-2318

E-mail: gefterrestre_ucp@mma.gov.br

CLÁUSULA 6.03. Cláusula Compromissória. Para a solução de toda controvérsia derivada ou relacionada ao presente Convênio e que não se resolva por acordo entre as Partes, estas se submetem incondicional e irrevogavelmente ao procedimento e sentença do tribunal de arbitragem a que se refere o Capítulo X das Normas Gerais.

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Órgão Executor e o Banco, atuando cada qual por intermédio de seu representante autorizado, firmam o presente Convênio em 3 (três) vias de igual teor em Brasília, DF, Brasil, no dia acima indicado.

FUNDO BRASILEIRO PARA A
BIODIVERSIDADE - FUNBIO

BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO

A/

A/

Rosa Lemos
Secretária Geral

Hugo Flórez Timorán
Representante do Banco no Brasil

TESTEMUNHA DE HONRA

A/

José Pedro de Oliveira Costa
Secretário de Biodiversidade
Ministério do Meio Ambiente

SEGUNDA PARTE

NORMAS GERAIS

CAPÍTULO I

Aplicação das Normas Gerais

ARTIGO 1.01. Aplicação das Normas Gerais. Estas Normas Gerais aplicam-se aos Convênios de Financiamento Não Reembolsável de Investimentos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) que o Banco Interamericano de Desenvolvimento celebra com seus beneficiários, portanto, suas disposições constituem parte integrante deste Convênio.

ARTIGO 1.02. Interpretação. (a) **Inconsistência.** Em caso de contradição ou inconsistência entre as estipulações das Disposições Especiais, qualquer anexo do Convênio e estas Normas Gerais, as estipulações daqueles prevalecerão sobre as estipulações destas Normas Gerais. Se a contradição ou inconsistência existir entre estipulações de um mesmo elemento deste Convênio ou entre as estipulações das Disposições Especiais e qualquer anexo do Convênio, a disposição específica prevalecerá sobre a geral.

(b) **Títulos e Subtítulos.** Qualquer título ou subtítulo dos capítulos, artigos, cláusulas ou outras seções deste Convênio é incluído somente para fins de referência e não deve ser levado em conta na interpretação deste Convênio.

(c) **Prazos.** Salvo que o Convênio disponha em contrário, os prazos de dias, meses ou anos se entenderão como de dias corridos, meses ou anos civis.

CAPÍTULO II

Definições

ARTIGO 2.01. Definições. Para os efeitos dos compromissos contratuais contraídos pelas partes, são adotadas as seguintes definições:

- 1) “Adiantamento de Fundos” significa o montante de recursos adiantados pelo Banco ao Órgão Executor, a débito da Contribuição, para fazer frente a Despesas Elegíveis do Projeto, de acordo com o disposto no Artigo 3.07 destas Normas Gerais.
- 2) “Agência de Contratações” significa a entidade com capacidade legal para firmar contratos e que, mediante acordo com o Órgão Executor, assume total ou parcialmente a responsabilidade pela realização das aquisições de bens ou das

contratações de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria do Projeto.

- 3) “Banco” significa o Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- 4) “Beneficiário” significa a parte a favor da qual se disponibiliza a Contribuição, que para fins deste Convênio é o Funbio, o qual atuará como Órgão Executor do Projeto.
- 5) “Contrapartida Local” significa os recursos adicionais aos financiados pelo Banco que sejam necessários para a completa e ininterrupta execução do Projeto.
- 6) “Contribuição” significa os recursos que o Banco coloca à disposição do Beneficiário, com caráter não reembolsável, para contribuir para a realização do Projeto.
- 7) “Convênio” significa o conjunto das Disposições Especiais, Normas Gerais e Anexos.
- 8) “Despesa Elegível” terá o significado atribuído nas Disposições Especiais deste Convênio.
- 9) “Diretoria” significa a Diretoria Executiva do Banco.
- 10) “Disposições Especiais” significa o conjunto de cláusulas que compõem a Primeira Parte deste Convênio.
- 11) “Dólar” significa a moeda de curso forçado nos Estados Unidos da América.
- 12) “Grupo do Banco” significa o Banco, a Corporação Interamericana de Investimentos e o Fundo Multilateral de Investimentos.
- 13) “Normas Gerais” designa o conjunto de artigos que compõem a Segunda Parte deste Convênio.
- 14) “Órgão Contratante” significa a entidade com capacidade legal para subscrever o contrato de aquisição de obras e bens e a seleção e contratação de consultores para com o empreiteiro, fornecedor e a empresa consultora ou consultor individual, conforme o caso.
- 15) “Órgão Executor” significa a entidade com personalidade jurídica responsável pela execução do Projeto e pela utilização dos recursos da Contribuição.
- 16) “Partes” significa o Banco e o Órgão Executor e cada um destes, indistintamente, uma Parte.

- 17) “Período de Encerramento” significa o prazo de 90 (noventa) dias contado a partir do vencimento do Prazo de Desembolsos ou suas extensões, para a finalização dos pagamentos pendentes a terceiros, a apresentação da justificativa final das despesas efetuadas, a reconciliação de registros e a devolução ao Banco dos recursos da Contribuição desembolsados e não justificados.
- 18) “Plano de Aquisições” significa uma ferramenta de programação e acompanhamento das aquisições e contratações da operação, nos termos descritos nas Políticas de Aquisições e nas Políticas de Consultores.
- 19) “Plano Financeiro” significa uma ferramenta de planejamento e monitoramento dos fluxos de recursos do Projeto, que se articula com outras ferramentas de planejamento de projetos, incluindo o Plano de Aquisições.
- 20) “Políticas de Aquisições” significa as Políticas para a Aquisição de Bens e Obras Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento de aprovação do financiamento não reembolsável pelo Banco.
- 21) “Políticas de Consultores” significa as Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento de aprovação do financiamento não reembolsável pelo Banco.
- 22) “Prática Proibida” significa as práticas que o Banco proíbe com relação às atividades que financie, definidas pela Diretoria ou que se definam no futuro e se informem ao Órgão Executor, incluindo-se, entre outras, a prática coercitiva, a prática colusiva, a prática corrupta, a prática fraudulenta e a prática obstrutiva.
- 23) “Prazo de Execução” significa o prazo originalmente previsto para a execução do Projeto, estabelecido nas Disposições Especiais.
- 24) “Prazo de Desembolsos” significa o prazo originalmente previsto para os desembolsos da Contribuição, estabelecido nas Disposições Especiais.
- 25) “Projeto” ou “Programa” significa o projeto ou programa que se identifica nas Disposições Especiais e consiste no conjunto de atividades com objetivo de desenvolvimento a cujo financiamento contribuem os recursos da Contribuição.
- 26) “Semestre” designa os primeiros ou os segundos seis meses de um ano civil.
- 27) “Trimestre” significa cada um dos seguintes períodos de 3 (três) meses do ano calendário: o período que começa no dia 1º de janeiro e termina no dia 31 de março; o período que começa no dia 1º de abril e termina no dia 30 de junho; o período que começa no dia 1º de julho e termina no dia 30 de setembro; e o período que começa no dia 1º de outubro e termina no dia 31 de dezembro.

CAPÍTULO III

Normas Relativas a Desembolsos

ARTIGO 3.01. **Condições prévias ao primeiro desembolso.** O primeiro desembolso dos recursos da Contribuição estará condicionado a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, os seguintes requisitos:

- (a) Que o Banco tenha recebido um ou mais pareceres jurídicos fundamentados que estabeleçam, com indicação das disposições constitucionais, legais e regulamentares pertinentes, que as obrigações contraídas pelo Órgão Executor neste Convênio são válidas e exigíveis. Tais pareceres deverão referir-se, ademais, a qualquer consulta jurídica que o Banco considere pertinente formular.
- (b) Que o Órgão Executor tenha designado um ou mais funcionários que possam representá-lo para os efeitos de solicitar os desembolsos da Contribuição e em outros atos relacionados com a gestão financeira do Projeto e tenha feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Se forem designados dois ou mais funcionários, o Órgão Executor indicará se os mesmos poderão atuar separada ou conjuntamente.
- (c) Que o Órgão Executor tenha fornecido ao Banco por escrito, através de seu representante autorizado para solicitar os desembolsos da Contribuição, informação sobre a conta bancária na qual serão depositados todos os desembolsos.
- (d) Que o Órgão Executor tenha demonstrado ao Banco que conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequados para os propósitos indicados neste Convênio.

ARTIGO 3.02. **Prazo para o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.** Se dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados da vigência deste Convênio, ou de um prazo maior que as partes ajustem por escrito, não forem cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso estipuladas no Artigo 3.01 destas Normas Gerais e nas Disposições Especiais, o Banco poderá pôr termo a este Convênio, dando ao Órgão Executor o aviso correspondente.

ARTIGO 3.03. **Requisitos para qualquer desembolso.** (a) Como requisito para qualquer desembolso e sem prejuízo das condições prévias ao primeiro desembolso dos recursos da Contribuição estabelecidas no Artigo 3.01 destas Normas Gerais e, se houver, nas Disposições Especiais, o Órgão Executor se compromete a apresentar ao Banco por escrito, seja fisicamente ou por meio eletrônico, na forma e nas condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso acompanhado dos documentos pertinentes e demais antecedentes que o Banco possa haver solicitado. A não ser que o Banco aceite o contrário, o último pedido de desembolso

deverá ser entregue ao Banco, o mais tardar, 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do Prazo de Desembolsos ou da prorrogação do mesmo.

(b) Salvo acordo das Partes em contrário, somente serão feitos desembolsos de montantes não inferiores ao equivalente a US\$ 100.000,00 (cem mil Dólares).

(c) Qualquer encargo, comissão ou despesa aplicada à conta bancária na qual se depositem os desembolsos de recursos da Contribuição estará a cargo do Órgão Executor e será sua responsabilidade.

ARTIGO 3.04. Rendas geradas na conta bancária para os desembolsos. As rendas geradas por recursos da Contribuição, depositadas na conta bancária designada para receber os desembolsos, deverão ser destinadas ao pagamento de Despesas Elegíveis.

ARTIGO 3.05. Métodos para efetuar os desembolsos. Por solicitação do Órgão Executor, o Banco poderá efetuar os desembolsos dos recursos da Contribuição mediante: (a) reembolso de despesas; (b) adiantamento de fundos; (c) pagamentos diretos a terceiros; e (d) reembolso contra garantia de carta de crédito.

ARTIGO 3.06. Reembolso de despesas. (a) O Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de reembolso de despesas quando o Órgão Executor houver realizado o pagamento das Despesas Elegíveis com recursos próprios.

(b) A menos que as Partes acordem o contrário, os pedidos de reembolso para reembolso de despesas deverão ser feitos prontamente à medida que o Órgão Executor incorra em tais despesas e, no mais tardar, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao encerramento de cada Semestre.

ARTIGO 3.07. Adiantamento de Fundos. (a) O Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de Adiantamento de Fundos. O montante do Adiantamento de Fundos será fixado pelo Banco com base: (i) nas necessidades de liquidez do Projeto para atender previsões periódicas de Despesas Elegíveis durante um período de até 6 (seis) meses, a menos que o Plano Financeiro determine um período maior, o qual em nenhum caso poderá exceder 12 (doze) meses; e (ii) nos riscos associados à capacidade demonstrada do Órgão Executor para gerir e utilizar os recursos da Contribuição.

(b) Cada Adiantamento de Fundos estará sujeito a que: (i) a solicitação do Adiantamento de Fundos seja apresentada de forma aceitável ao Banco; e (ii) com exceção do primeiro Adiantamento de Fundos, o Órgão Executor tenha apresentado, e o Banco tenha aceitado, a justificativa do uso de, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do total dos saldos acumulados pendentes de justificativa a esse título, a menos que o Plano Financeiro determine uma porcentagem menor, que em nenhum caso poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento).

(c) O Banco poderá aumentar o montante do último Adiantamento de Fundos vigente concedido ao Órgão Executor uma só vez durante a vigência do Plano Financeiro e na medida

em que sejam requeridos recursos adicionais para o pagamento de Despesas Elegíveis não previstas no mesmo.

(d) O Órgão Executor se compromete a apresentar a última solicitação de Adiantamento de Fundos, no mais tardar 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do Prazo de Desembolsos ou suas prorrogações, sob o entendimento de que as justificativas correspondentes a tal Adiantamento de Fundos serão apresentadas ao Banco durante o Período de Encerramento. O Banco não desembolsará recursos após o vencimento do Prazo de Desembolsos ou suas prorrogações.

(e) O montante de cada Adiantamento de Fundos ao Órgão Executor deve ser mantido pelo montante equivalente expresso na moeda do desembolso respectivo. A justificativa de Despesas Elegíveis incorridas com os recursos de um Adiantamento de Fundos deve ser realizada pelo equivalente ao total do Adiantamento de Fundos expresso na moeda do desembolso respectivo, utilizando a taxa de câmbio estabelecida no Convênio. O Banco poderá aceitar ajustes na justificativa do Adiantamento de Fundos a título de flutuações de taxa de câmbio, desde que estas não afetem a execução do Projeto.

ARTIGO 3.08. Pagamentos diretos a terceiros. (a) O Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de pagamentos diretos a terceiros, a fim de que o Banco pague diretamente a fornecedores ou empreiteiros por conta do Órgão Executor.

(b) No caso de pagamentos diretos a terceiros, o Órgão Executor será responsável pelo pagamento do montante correspondente à diferença entre o montante do desembolso solicitado pelo Órgão Executor e o montante recebido pelo terceiro, a título de flutuações cambiais, comissões e outros custos financeiros.

ARTIGO 3.09. Reembolso contra garantia de carta de crédito. O Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de reembolso contra garantia de carta de crédito, para os efeitos de reembolsar bancos comerciais a título de pagamentos efetuados a empreiteiros ou fornecedores de bens e prestadores de serviços em virtude de uma carta de crédito emitida e/ou confirmada por um banco comercial e garantida pelo Banco. A carta de crédito deverá ser emitida e/ou confirmada de maneira satisfatória para o Banco. Os recursos comprometidos em virtude da carta de crédito e garantidos pelo Banco deverão ser destinados exclusivamente para os fins estabelecidos em tal carta de crédito, enquanto se encontrar vigente a garantia.

ARTIGO 3.10. Taxa de Câmbio. (a) O Órgão Executor se compromete a justificar as despesas efetuadas a débito da Contribuição, expressando tais despesas na moeda de denominação do respectivo desembolso.

(b) A fim de determinar a equivalência de uma Despesa Elegível efetuada em Moeda Local do país do Órgão Executor na moeda em que se realizem os desembolsos, para os efeitos da prestação de contas e da justificativa de despesas, qualquer que seja a fonte de financiamento da Despesa Elegível, será utilizada uma das seguintes taxas de câmbio, conforme estabelecido nas Disposições Especiais:

- (i) A taxa de câmbio efetiva na data de conversão da moeda do desembolso na Moeda Local do país do Órgão Executor; ou
- (ii) A taxa de câmbio efetiva na data de pagamento da despesa na Moeda Local do país do Órgão Executor.

(c) Nos casos em que se selecione a taxa de câmbio estabelecida no inciso (b)(i) deste Artigo, para os efeitos de determinar a equivalência de despesas incorridas em Moeda Local a débito da Contribuição, será utilizada a taxa de câmbio acordada com o Banco nas Disposições Especiais.

ARTIGO 3.11. Recibos. A pedido do Banco, o Órgão Executor deverá emitir e entregar ao Banco, ao final dos desembolsos, o recibo ou recibos que representem os montantes desembolsados.

ARTIGO 3.12. Renúncia a parte da Contribuição. O Órgão Executor poderá, mediante notificação ao Banco, renunciar ao direito de utilizar qualquer parte da Contribuição que não tenha sido desembolsada antes do recebimento da referida notificação, desde que não se trate de recursos da Contribuição que se encontrem sujeitos à garantia de reembolso de uma carta de crédito irrevogável, segundo o previsto no Artigo 6.04 destas Normas Gerais.

ARTIGO 3.13 Cancelamento automático de parte da Contribuição. Uma vez expirado o Prazo de Desembolsos e qualquer prorrogação do mesmo, a parte da Contribuição que não tiver sido comprometida ou desembolsada ficará automaticamente cancelada.

ARTIGO 3.14. Período de Encerramento. (a) O Órgão Executor se compromete a realizar as seguintes ações durante o Período de Encerramento: (i) finalizar os pagamentos pendentes a terceiros, se houver; (ii) conciliar seus registros e apresentar, de maneira satisfatória para o Banco, a documentação de suporte das despesas efetuadas a débito do Projeto e demais informações que o Banco solicite; e (iii) devolver ao Banco o saldo não justificado dos recursos desembolsados da Contribuição.

(b) Não obstante o anterior, se o Convênio previr relatórios de auditoria financeira externa com recursos da Contribuição, o Órgão Executor se compromete a reservar, na forma acordada com o Banco, recursos suficientes para o pagamento dos mesmos. Neste caso, o Órgão Executor se compromete também a acordar com o Banco, a forma em que serão realizados os pagamentos correspondentes a tais auditorias. Caso o Banco não receba os mencionados relatórios de auditoria financeira externa dentro dos prazos estipulados neste Convênio, o Órgão Executor se compromete a devolver ao Banco, os recursos reservados para tal fim, sem que isso implique uma renúncia do Banco ao exercício dos direitos previstos no Capítulo VI deste Convênio.

CAPÍTULO IV

Execução do Projeto

ARTIGO 4.01. Sistemas de gestão financeira e controle interno. (a) O Órgão Executor se compromete a manter ou, conforme o caso, a que a Agência de Contratações, se houver, mantenha controles internos destinados a assegurar razoavelmente que: (i) os recursos do Projeto sejam utilizados para os propósitos deste Convênio, com especial atenção aos princípios de economia e eficiência; (ii) os ativos do Projeto sejam adequadamente salvaguardados; (iii) as operações, decisões e atividades do Projeto sejam devidamente autorizadas e executadas de acordo com as disposições deste Convênio e de qualquer outro contrato relacionado com o Projeto; e (iv) as operações sejam apropriadamente documentadas e registradas de forma que possam ser produzidos relatórios e informes oportunos e confiáveis.

(b) O Órgão Executor se compromete a manter e a que a Agência de Contratações, se houver, mantenha um sistema de gestão financeira aceitável e confiável que permita oportunamente, no que diz respeito aos recursos do Projeto: (i) o planejamento financeiro; (ii) o registro contábil, orçamentário e financeiro; (iii) a administração de contratos; (iv) a realização de pagamentos; e (v) a emissão de relatórios de auditoria financeira e de outros relatórios relacionados com os recursos da Contribuição, da Contrapartida Local e de outras fontes de financiamento do Projeto, se for o caso.

(c) O Órgão Executor se compromete a conservar e a que a Agência de Contratações, conforme o caso, conserve os documentos e registros originais do Projeto por um período mínimo de 3 (três) anos após o vencimento do Prazo de Desembolsos ou qualquer de suas prorrogações. Esses documentos e registros deverão ser adequados para: (i) respaldar as atividades, decisões e operações relativas ao Projeto, inclusive todas as despesas incorridas; e (ii) evidenciar a correlação de despesas incorridas a débito da Contribuição com o respectivo desembolso efetuado pelo Banco.

(d) O Órgão Executor se compromete a incluir ou, conforme o caso, a que a Agência de Contratações, se houver, inclua, nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com recursos da Contribuição por eles respectivamente celebrados, uma disposição que exija que os fornecedores e prestadores de serviços, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores, subempreiteiros ou concessionários contratados conservem os documentos e registros relacionados com atividades financiadas com recursos da Contribuição por um período de 7 (sete) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato.

ARTIGO 4.02. Recursos Adicionais. O Órgão Executor se compromete a contribuir com a Contrapartida Local de maneira oportuna. Caso, na data de aprovação da Contribuição pelo Banco, ficar determinada a necessidade de Contrapartida Local, o montante estimado de tal Contrapartida Local será o estabelecido nas Disposições Especiais. A estimativa ou a ausência de estimativa da Contrapartida Local não implica uma limitação ou redução da obrigação de aportar oportunamente todos os recursos adicionais que sejam necessários para a completa e ininterrupta execução do Projeto.

ARTIGO 4.03. Disposições gerais sobre a execução do Projeto. (a) O Órgão Executor se compromete a executar o Projeto de acordo com os objetivos do mesmo, com a devida diligência, de forma econômica, financeira, administrativa e tecnicamente eficiente e de acordo com as disposições deste Convênio e com os planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos pertinentes ao Projeto que o Banco aprove. Da mesma forma, o Órgão Executor acorda que todas as obrigações que lhe cabem deverão ser cumpridas à satisfação do Banco.

(b) Qualquer modificação substancial nos planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco aprove, assim como qualquer modificação substancial em contratos financiados com recursos da Contribuição deverão contar com o consentimento prévio por escrito do Banco.

(c) Em caso de contradição ou inconsistência entre as disposições deste Convênio e qualquer plano, especificação, cronograma de investimentos, orçamento, regulamento ou outro documento pertinente ao Projeto que o Banco aprove, as disposições deste Convênio prevalecerão sobre tais documentos.

ARTIGO 4.04. Seleção e contratação de obras e serviços diferentes de consultoria, aquisição de bens e seleção e contratação de serviços de consultoria. (a) Sujeito ao disposto no inciso (b) deste Artigo, o Órgão Executor se compromete a realizar ou, conforme o caso, a que a Agência de Contratações, se houver, realize a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria, assim como a aquisição de bens, de acordo com o estipulado nas Políticas de Aquisições e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco, e a seleção e contratação de serviços de consultoria, de acordo com o estipulado nas Políticas de Consultores e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. O Órgão Executor declara conhecer as Políticas de Aquisições e as Políticas de Consultores e, conforme o caso, se compromete a levar tais Políticas ao conhecimento da Agência de Contratações e da agência especializada.

(b) Quando o Banco tenha validado algum sistema ou subsistema do país-membro do Banco onde o Projeto será executado, o Órgão Executor poderá realizar as aquisições e contratações financiadas total ou parcialmente com recursos da Contribuição utilizando tais sistemas ou subsistemas, de acordo com os termos da validação do Banco e a legislação e processos aplicáveis validados. Os termos dessa validação serão notificados por escrito pelo Banco ao Órgão Executor. O uso do sistema ou subsistema do país poderá ser suspenso pelo Banco quando, a critério deste, tenham ocorrido mudanças nos parâmetros ou práticas com base nos quais os mesmos tenham sido validados pelo Banco, e enquanto o Banco não tiver determinado se tais mudanças são compatíveis com as melhores práticas internacionais. Durante tal suspensão, aplicar-se-ão as Políticas de Aquisições e as Políticas de Consultores do Banco. O Órgão Executor se compromete a comunicar ao Banco qualquer mudança na legislação ou nos processos aplicáveis validados. O uso de sistema de país ou subsistema de país não dispensa a aplicação das disposições previstas na Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores, incluindo o requisito de que as aquisições e contratações correspondentes constem no Plano de Aquisições e se sujeitem às demais condições deste Convênio. As disposições da Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores se aplicarão a todos os contratos, independentemente de seu montante ou método de contratação. O Órgão Executor se

compromete a incluir nos documentos de licitação, nos contratos e nos instrumentos empregados nos sistemas eletrônicos ou de informação (em suporte físico ou eletrônico), disposições destinadas a assegurar a aplicação do estabelecido na Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores, inclusive as disposições de Práticas Proibidas.

(c) O Órgão Executor se compromete a atualizar o Plano de Aquisições pelo menos anualmente ou com maior frequência, segundo as necessidades do Projeto. Cada versão atualizada do Plano de Aquisições deverá ser submetida à revisão e aprovação do Banco.

(d) O Banco realizará a revisão dos processos de seleção, contratação e aquisição, segundo o estabelecido no Plano de Aquisições. A qualquer momento durante a execução do Projeto, o Banco poderá modificar a modalidade de revisão de tais processos, informando previamente ao Órgão Executor. As modificações aprovadas pelo Banco deverão ser refletidas no Plano de Aquisições.

ARTIGO 4.05. Utilização de bens. Salvo autorização expressa do Banco, os bens adquiridos com os recursos da Contribuição deverão ser utilizados exclusivamente para os fins do Projeto.

ARTIGO 4.06. Salvaguardas ambientais e sociais. (a) O Órgão Executor se compromete a realizar a execução (preparação, construção e operação) das atividades compreendidas no Projeto de forma coerente com as políticas ambientais e sociais do Banco, segundo as estipulações específicas sobre aspectos ambientais e sociais incluídas nas Disposições Especiais deste Convênio.

(b) O Órgão Executor se compromete a informar imediatamente ao Banco a ocorrência de qualquer descumprimento dos compromissos ambientais e sociais estabelecidos nas Disposições Especiais.

(c) O Órgão Executor se compromete a implementar um plano de ação corretivo, acordado com o Banco, para mitigar, corrigir e compensar as consequências adversas que possam decorrer de descumprimentos na implementação dos compromissos ambientais e sociais estabelecidos nas Disposições Especiais.

(d) O Órgão Executor se compromete a permitir que o Banco, por si ou mediante a contratação de serviços de consultoria, realize atividades de supervisão, inclusive auditorias ambientais e sociais do Projeto, a fim de confirmar o cumprimento dos compromissos ambientais e sociais incluídos nas Disposições Especiais.

ARTIGO 4.07. Despesas inelegíveis para o Projeto. Caso o Banco determine que uma despesa efetuada não cumpre os requisitos para ser considerado como uma Despesa Elegível, o Órgão Executor se compromete a tomar as medidas necessárias para retificar a situação, segundo o requerido pelo Banco e sem prejuízo das demais medidas previstas que o Banco possa exercer em virtude deste Convênio.

CAPÍTULO V

Supervisão e avaliação do Projeto

ARTIGO 5.01. **Inspecções.** (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgue necessários para assegurar o desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Órgão Executor se compromete a permitir ou, conforme o caso, a que a Agência de Contratações, se houver, permita que o Banco, seus investigadores, representantes, auditores ou peritos por ele contratados inspecionem a qualquer momento o Projeto, as instalações, os equipamentos e materiais correspondentes, bem como os sistemas, registros e documentos que o Banco considere pertinente conhecer. Além disso, o Órgão Executor se compromete a que seus representantes ou, conforme o caso, os representantes da Agência de Contratações, se houver, prestem a mais ampla colaboração às pessoas que o Banco enviar ou designar para esses fins. Todos os custos relativos ao transporte, remuneração e demais despesas correspondentes a essas inspeções serão pagos pelo Banco.

(c) O Órgão Executor se compromete a fornecer ou, conforme o caso, a Agência de Contratações, se houver, forneça ao Banco a documentação relativa ao Projeto que o Banco solicite, na forma e tempo satisfatórios para o Banco. Sem prejuízo das medidas que o Banco possa tomar em virtude do presente Convênio, caso a documentação não esteja disponível, o Órgão Executor se compromete a apresentar ou, conforme o caso, a que a Agência de Contratações, se houver, apresente ao Banco uma declaração na qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) O Órgão Executor se compromete a incluir ou, conforme o caso, a que a Agência de Contratações, se houver, inclua, nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos convênios relacionados com a execução do Projeto que o Órgão Executor ou a Agência de Contratações celebre, uma disposição que: (i) permita ao Banco, a seus investigadores, representantes, auditores ou peritos revisar contas, registros e outros documentos relacionados com a apresentação de propostas e com o cumprimento do contrato ou convênio; e (ii) estabeleça que tais contas, registros e documentos poderão ser submetidos ao exame de auditores designados pelo Banco.

ARTIGO 5.02. **Planos e relatórios.** Para permitir ao Banco a supervisão do progresso na execução do Projeto e o alcance de seus resultados, o Órgão Executor se compromete a:

- (a) Apresentar ao Banco a informação, os planos, relatórios e outros documentos, na forma e com o conteúdo que o Banco razoavelmente solicite com base no progresso do Projeto e seu nível de risco;
- (b) Cumprir as ações e compromissos estabelecidos em tais planos, relatórios e outros documentos acordados com o Banco;

- (c) Informar ao Banco quando se identificarem riscos ou ocorrerem mudanças significativas que impliquem ou possam implicar demoras ou dificuldades na execução do Projeto;
- (d) Informar ao Banco, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início de qualquer processo, reclamação, demanda ou ação judicial, procedimento arbitral ou administrativo relacionado com o Projeto, bem como manter o Banco informado sobre a situação dos mesmos.

ARTIGO 5.03. Relatórios de Auditoria Financeira Externa e outros relatórios financeiros.

(a) Salvo se nas Disposições Especiais se dispuser em contrário, o Órgão Executor se compromete a apresentar ao Banco os relatórios de auditoria financeira externa e outros relatórios identificados nas Disposições Especiais, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes ao encerramento de cada exercício financeiro do Projeto durante o Prazo de Desembolsos ou suas prorrogações, e dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes à data do último desembolso.

(b) Adicionalmente, o Órgão Executor se compromete a apresentar ao Banco outros relatórios financeiros, na forma, com o conteúdo e a frequência que o Banco razoavelmente solicite durante a execução do Projeto quando, a critério do Banco, a análise do nível de risco fiduciário, a complexidade e a natureza do Projeto o justifiquem.

(c) Qualquer auditoria externa requerida em virtude do estabelecido neste Artigo e nas estipulações correspondentes das Disposições Especiais deverá ser realizada por auditores externos previamente aceitos pelo Banco ou por uma entidade superior de fiscalização previamente aceita pelo Banco, em conformidade com padrões e princípios de auditoria aceitáveis ao Banco. O Órgão Executor autoriza a entidade superior de fiscalização ou os auditores externos a proporcionar ao Banco a informação adicional que este possa razoavelmente solicitar, com relação aos relatórios de auditoria financeira externa.

(d) O Órgão Executor se compromete a selecionar e contratar os auditores externos mencionados no inciso (c) anterior, em conformidade com os procedimentos e os termos de referência previamente acordados com o Banco. O Órgão Executor também se compromete a fornecer ao Banco a informação relacionada com os auditores independentes contratados que este solicite.

(e) Caso qualquer auditoria externa requerida em virtude do estabelecido neste Artigo e nas estipulações correspondentes das Disposições Especiais seja responsabilidade de uma entidade superior de fiscalização e esta não possa efetuar seu trabalho de acordo com requisitos satisfatórios ao Banco ou dentro dos prazos, durante o período e com a frequência estipulados neste Convênio, o Órgão Executor selecionará e contratará os serviços de auditores externos aceitáveis para o Banco, em conformidade com o disposto nos incisos (c) e (d) deste Artigo.

(f) Sem prejuízo do estabelecido nos incisos anteriores, o Banco, de forma excepcional, poderá selecionar e contratar os serviços de auditores externos para auditar os relatórios de auditoria financeira previstos no Convênio quando: (i) do resultado da análise de

custo-benefício efetuada pelo Banco se determine que os benefícios de que o Banco realize tal contratação superem os custos; (ii) exista um acesso limitado aos serviços de auditoria externa no país; ou (iii) existam circunstâncias especiais que justifiquem que o Banco selecione e contrate tais serviços.

(g) O Banco se reserva o direito de solicitar ao Órgão Executor a realização de auditorias externas diferentes da financeira ou trabalhos referentes à auditoria de projetos, do Órgão Executor e de entidades relacionadas, do sistema de informação financeira e das contas bancárias do Projeto, entre outras. A natureza, frequência, alcance, oportunidade, metodologia, tipo de normas de auditoria aplicáveis, relatórios, procedimentos de seleção dos auditores e termos de referência para as auditorias serão estabelecidos de comum acordo entre as Partes.

CAPÍTULO VI

Suspensão de desembolsos, vencimento antecipado e cancelamentos parciais

ARTIGO 6.01. **Suspensão de desembolsos.** O Banco, mediante notificação ao Órgão Executor, poderá suspender os desembolsos se ocorrer e enquanto subsistir qualquer das seguintes circunstâncias:

- (a) Mora no pagamento dos montantes devidos pelo Órgão Executor ao Banco na devolução de recursos da Contribuição utilizados para despesas não elegíveis ou a qualquer outro título, em razão deste Convênio ou de qualquer outro contrato celebrado entre o Banco e o Órgão Executor.
- (b) Inadimplemento, por parte do Órgão Executor, de qualquer obrigação estipulada no contrato ou contratos subscritos com o Banco para financiamento do Projeto.
- (c) A retirada ou suspensão, como membro do Banco, do país em que o Projeto deva ser executado.
- (d) O atraso, demora ou descumprimento por parte do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), como Administrador do GEF, das obrigações estipuladas no Acordo sobre Procedimentos Financeiros para a transferência dos recursos do GEF ao Fundo BID/GEF administrado pelo Banco.
- (e) O término do Memorando de Entendimentos celebrado em 19 de maio de 2004 entre a Secretaria do GEF e o Banco.
- (f) Quando o Projeto ou os propósitos da Contribuição puderem ser afetados por:
 - (i) qualquer restrição, modificação ou alteração da competência legal, das funções ou do patrimônio do Órgão Executor; ou
 - (ii) qualquer modificação ou emenda que tenha sido efetuada sem a anuência escrita do Banco, nas condições básicas cumpridas antes da aprovação do

financiamento não reembolsável ou da assinatura do Convênio. Nesses casos, o Banco terá o direito de requerer do Órgão Executor informações justificadas e pormenorizadas e somente após ouvir o Órgão Executor e examinar suas informações e esclarecimentos, ou no caso de falta de manifestação do Órgão Executor, poderá suspender os desembolsos se considerar que as modificações introduzidas afetam substancial e negativamente o Projeto ou tornam impossível sua execução.

- (g) Qualquer circunstância extraordinária que, a critério do Banco, e não se tratando de Convênio em que o beneficiário seja a República, torne improvável que o Órgão Executor possa cumprir as obrigações contraídas neste Convênio, ou que não permita atingir os propósitos que se tiveram em conta ao celebrá-lo.
- (h) Caso seja determinado, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Órgão Executor ou do Órgão Contratante cometeu uma Prática Proibida durante o processo de contratação ou durante a execução de um contrato.

ARTIGO 6.02. Término ou cancelamento parcial de quantias não desembolsadas. (a)

O Banco, mediante notificação ao Órgão Executor, poderá cancelar a parte não desembolsada da Contribuição, se:

- (a) alguma das circunstâncias previstas nos incisos (a), (b), (c) e (d) do Artigo anterior se prolongar por mais de 60 (sessenta) dias.
- (b) surgir e enquanto subsistir qualquer das circunstâncias previstas nos incisos (e) e (f) do Artigo anterior e o Órgão Executor, conforme o caso, não apresente ao Banco esclarecimentos ou informações adicionais que o Banco considere necessárias.
- (c) o Banco, em conformidade com seus procedimentos de sanções, determinar que qualquer firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, intermediários financeiros ou Órgão Contratante (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) tenha cometido uma Prática Proibida com relação ao Projeto sem que o Órgão Executor ou a Agência de Contratações tenha tomado as medidas corretivas adequadas (inclusive a adequada notificação ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável.
- (d) o Banco, a qualquer momento, determinar que uma aquisição de bens ou uma contratação de obra ou de serviços diferentes de consultoria ou serviços de consultoria foi realizada sem seguir os procedimentos indicados neste Convênio.

Neste caso, a declaração de cancelamento ou de vencimento antecipado corresponderá à parte da Contribuição destinada a tal aquisição ou contratação.

ARTIGO 6.03. **Disposições não atingidas.** A aplicação das medidas estabelecidas neste Capítulo não atingirá as obrigações do Órgão Executor estipuladas neste Convênio, as quais continuarão em pleno vigor.

ARTIGO 6.04. **Desembolsos não atingidos.** Não obstante o disposto nos Artigos 6.01 e 6.02 precedentes, nenhuma das medidas previstas neste Capítulo atingirá o desembolso por parte do Banco dos recursos da Contribuição que: (a) se encontrem sujeitos à garantia de reembolso de uma carta de crédito irrevogável; (b) o Banco tenha se comprometido especificamente por escrito, perante o Órgão Executor ou a Agência de Contratações, a pagar Despesas Elegíveis diretamente ao respectivo fornecedor; e (c) sejam para pagar ao Banco, conforme as instruções do Órgão Executor.

CAPÍTULO VII

Práticas Proibidas

ARTIGO 7.01. **Práticas Proibidas.** (a) Além do estabelecido nos Artigos 6.01(h) e 6.02(c) destas Normas Gerais, se o Banco, em conformidade com seus procedimentos de sanções, determinar que uma firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, intermediários financeiros ou Órgão Contratante (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) tenha cometido uma Prática Proibida com relação à execução do Projeto, poderá tomar as medidas contempladas nos procedimentos de sanções do Banco vigentes à data do presente Convênio ou nas modificações aos mesmos que o Banco aprovar periodicamente e levar ao conhecimento do Órgão Executor, entre outras:

- (i) Negar-se a financiar os contratos para a aquisição de bens ou para a contratação de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria;
- (ii) Declarar uma contratação inelegível para financiamento do Banco quando houver evidência de que o representante do Órgão Executor ou Órgão Contratante não tenha tomado as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, a adequada notificação ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável;
- (iii) Emitir uma admoestação à firma, entidade ou indivíduo julgado responsável pela Prática Proibida, com uma carta formal de censura por sua conduta;
- (iv) Declarar a firma, entidade ou indivíduo julgado responsável pela Prática

Proibida inelegível, de forma permanente ou temporária, para participar em atividades financiadas pelo Banco, seja diretamente como empreiteiro, fornecedor ou prestador, ou indiretamente, na qualidade de subconsultor, subempreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria;

- (v) Impor multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e autuações realizadas com relação à Prática Proibida.

(b) O disposto no Artigo 6.01(h) e no Artigo 7.01(a)(i) se aplicará também a casos nos quais se tenha suspenso temporariamente a elegibilidade da Agência de Contratações, de qualquer firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) para participar de uma licitação ou outro processo de seleção para a adjudicação de novos contratos à espera de que se adote uma decisão definitiva com relação a uma investigação de uma Prática Proibida.

(c) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco em conformidade com as disposições referidas anteriormente será de caráter público, salvo nos casos de admoestação privada.

(d) Qualquer firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários ou Órgão Contratante (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) poderão ser sancionados pelo Banco em conformidade com o disposto em acordos firmados entre o Banco e outras instituições financeiras internacionais com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões em matéria de inelegibilidade. Para os efeitos do disposto neste inciso (d), o termo “sanção” inclui toda inelegibilidade permanente ou temporária, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma instituição financeira internacional aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas.

(e) Quando o Órgão Executor adquira bens ou contrate obras ou serviços diferentes de consultoria diretamente de uma agência especializada ao amparo de um acordo entre o Órgão Executor e tal agência especializada, todas as disposições estipuladas neste Convênio relativas a sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos requerentes, licitantes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com tal agência especializada para a provisão de bens, obras ou serviços distintos dos serviços de consultoria em conexão com atividades

financiadas pelo Banco. O Órgão Executor se compromete a adotar, caso seja requerido pelo Banco, recursos tais como a suspensão ou a rescisão do contrato correspondente. O Órgão Executor se compromete a incluir, nos contratos que firme com agências especializadas, disposições exigindo que estas conheçam a lista de firmas e indivíduos declarados temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco para participar de uma aquisição ou contratação financiada total ou parcialmente com recursos da Contribuição. Caso uma agência especializada firme contrato ou ordem de compra com uma firma ou indivíduo declarado temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, na forma indicada neste Artigo, o Banco não financiará tais contratos ou despesas e tomará outras medidas que considere convenientes.

CAPÍTULO VIII

Disposição sobre isenções

ARTIGO 8.02. **Isenção de impostos.** O Órgão Executor se compromete a pagar qualquer pagamento por despesas ou custos que tenham sido originados no âmbito deste Convênio, sem qualquer dedução ou restrição, livres de todo imposto, taxa, direito ou encargo estabelecidos ou que possam ser estabelecidos pelas leis de seu país, e a responsabilizar-se por todo imposto, taxa ou direito aplicável à celebração, registro e execução deste Convênio.

CAPÍTULO IX

Disposições diversas

ARTIGO 9.01. **Modificações e dispensas contratuais.** Qualquer modificação ou dispensa das disposições deste Convênio deverá ser acordada por escrito entre as Partes.

ARTIGO 9.02. **Reserva de direitos.** O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, do exercício dos direitos acordados neste Convênio não poderão ser interpretados como renúncia a tais direitos, nem como uma aceitação tácita de fatos, ações ou circunstâncias que habilitariam tal exercício.

ARTIGO 9.03. **Extinção.** As obrigações que o Órgão Executor contrair em virtude deste Convênio em matéria de Práticas Proibidas e outras obrigações relacionadas com as políticas operacionais do Banco permanecerão vigentes até que tais obrigações tenham sido cumpridas à satisfação do Banco.

ARTIGO 9.04. **Validade.** Os direitos e obrigações estabelecidos neste Convênio são válidos e exigíveis, em conformidade com os termos nele acordados, sem relação com a legislação de um determinado país.

ARTIGO 9.05. **Divulgação de informação.** O Banco poderá divulgar este Convênio e qualquer informação relacionada ao mesmo de acordo com sua política de acesso à informação vigente no momento de tal divulgação.

CAPÍTULO X

Arbitragem

ARTÍCULO 10.01. Composição do tribunal. (a) O tribunal arbitral será composto por três membros, que serão designados da seguinte forma: um pelo Banco; outro pelo Órgão Executor; e um terceiro (doravante denominado "Presidente") por acordo direto entre as Partes, ou por intermédio dos respectivos árbitros. O Presidente do tribunal terá voto duplo em caso de impasse em todas as decisões. Se as Partes ou os árbitros não chegarem a acordo com relação à pessoa do Presidente, ou se uma das Partes não puder designar árbitro, o Presidente será designado, a pedido de qualquer das Partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se uma das Partes não designar árbitro, este será designado pelo Presidente. Se um dos árbitros designados, ou o Presidente, não desejar ou não puder atuar, ou prosseguir atuando, proceder-se-á à sua substituição da mesma forma que para a designação original. O sucessor terá as mesmas funções que o antecessor.

ARTIGO 10.02. Início do procedimento. Para submeter a controvérsia ao procedimento arbitral, a parte reclamante dirigirá à outra uma notificação, por escrito, expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte que receber essa notificação deverá, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, notificar à parte contrária o nome da pessoa que designa como árbitro. Se, dentro do prazo de 75 (setenta e cinco) dias, contados desde a notificação de início do procedimento arbitral, as partes não houverem chegado a um acordo quanto à pessoa do Presidente, qualquer delas poderá recorrer ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos para que este proceda à designação.

ARTIGO 10.03. Constituição do tribunal. O tribunal arbitral será constituído em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, na data em que o Presidente designar e, uma vez constituído, funcionará nas datas fixadas pelo próprio tribunal.

ARTIGO 10.04. Procedimento. (a) O tribunal encontra-se especialmente habilitado para resolver todo assunto relacionado com sua competência e adotará seu próprio procedimento. Em todo caso, deverá conceder às Partes a oportunidade de fazer apresentações em audiência. Todas as decisões do tribunal serão tomadas por maioria de votos.

(b) O tribunal julgará com base nos termos do Convênio e pronunciará sua sentença, ainda que à revelia de uma das Partes.

(c) A sentença será exarada por escrito e deverá ser adotada pelo voto concorrente de pelo menos 2 (dois) membros do tribunal. A referida sentença deverá ser proferida dentro do prazo aproximado de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da nomeação do Presidente, a não ser que o tribunal decida prorrogar o aludido prazo, em virtude de circunstâncias especiais e imprevistas. A sentença será notificada às partes por meio de notificação subscrita, pelo menos, por 2 (dois) membros do tribunal, e deverá ser cumprida dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da notificação. A sentença terá efeito executório e será irrecorrível.

ARTIGO 10.05. Despesas. Com exceção dos honorários advocatícios e despesas de outros peritos, os quais serão custeados pelas partes que os tenham designado, os honorários de cada

árbitro e as despesas da arbitragem serão custeados por ambas as partes em igual proporção. Qualquer dúvida relacionada com a divisão das despesas ou a forma de pagamento será resolvida pelo tribunal, mediante decisão irrecorrível.

ARTIGO 10.06. **Notificações.** Qualquer notificação relativa à arbitragem ou à sentença será feita segundo a forma prevista neste Convênio. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

ANEXO ÚNICO

O PROJETO

Projeto de Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal – “GEF Terrestre”

I. Objeto

- 1.01** O objetivo geral do Projeto é contribuir para a viabilidade de longo prazo de espécies ameaçadas prioritárias, evitar emissões de carbono e aumentar a área, florestal e não florestal, sob práticas de manejo sustentável em três biomas brasileiros.
- 1.02** Os objetivos específicos do Projeto são: (i) expandir a cobertura e a eficácia do sistema de áreas protegidas nesses biomas; (ii) melhorar a gestão de habitats e espécies prioritários; e (iii) promover práticas comunitárias de uso sustentável em áreas produtivas associadas ao sistema de Unidades de Conservação.

II. Descrição

- 2.01** O Projeto inclui os seguintes componentes:
- 2.02** **Componente 1. Criação de novas unidades de conservação.** Este componente promoverá a melhoria na representatividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), apoiando a proteção legal de áreas ecologicamente importantes, mas atualmente desprotegidas em cada um dos três biomas alvo, e explorando opções de financiamento sustentável para Unidades de Conservação recém-criadas. Especificamente, o componente financiará as seguintes atividades: (i) estudos e avaliações dos meios físico e biótico, socioculturais e econômicos e avaliações fundiárias; (ii) consultas públicas e eventos de participação; (iii) elaboração de documentos legais para a criação de Unidades de Conservação; (iv) para Unidades de Conservação com potencial para turismo/visitação, financiamento de materiais básicos de divulgação e informação; e (v) para unidades com provisões de uso sustentável, análises relacionadas ao desenvolvimento sustentável do capital natural na unidade de conservação.

2.03 Componente 2. Manejo de Unidades de Conservação e Áreas Adjacentes. Este componente tem como objetivo aumentar a eficácia da gestão de Unidades de Conservação através do fortalecimento da capacidade de planejamento, monitoramento e implementação; promovendo o Manejo Integrado do Fogo apropriado para cada bioma e promovendo práticas de manejo baseadas em biodiversidade e serviços ecossistêmicos em benefício das comunidades das Unidades de Conservação ou áreas adjacentes. O componente consiste de três subcomponentes descritos a seguir:

- (a) **Fortalecimento da Gestão de Unidades de Conservação.** Este subcomponente financiará: (i) preparação e implementação de ferramentas de planejamento, incluindo planos de manejo e planos de sustentabilidade financeira; (ii) seleção e implementação de ações prioritárias para melhorar a eficácia da gestão; (iii) programas e equipamentos de monitoramento da biodiversidade; e (iv) juntamente com o financiamento paralelo, este subcomponente financiará a implementação de ações prioritárias, como o controle de espécies exóticas; infraestrutura básica para conservação, uso público e vigilância, incluindo demarcação, sinalização, trilhas e casas de vigilância; vigilância e equipamentos; e materiais básicos de divulgação e informação para os visitantes. Além de financiar parcialmente tais ações prioritárias, o financiamento paralelo também fornecerá dados de sensoriamento remoto para apoiar essas atividades.
- (b) **Manejo Integrado do Fogo.** Este subcomponente financiará a implementação do Manejo Integrado do Fogo, incluindo as seguintes atividades: (i) atividades de prevenção, monitoramento e controle de incêndio dentro das Unidades de Conservação; (ii) pesquisas e oficinas de manejo do fogo; (iii) protocolos de manejo do fogo; e (iv) divulgação e treinamento para promover a colaboração e engajamento da comunidade na implementação dos protocolos de manejo do fogo em Unidades de Conservação e áreas adjacentes.
- (c) **Manejo em Áreas Produtivas.** Este subcomponente tem como objetivo reduzir o potencial impacto negativo de algumas atividades econômicas sobre a biodiversidade e sobre os serviços ecossistêmicos. Três áreas serão selecionadas para desenvolver acordos de gestão ou instrumentos similares que regulamentem os usos dos recursos naturais da comunidade local para conciliar atividades econômicas e conservação da biodiversidade. Este subcomponente financiará as seguintes atividades: (i) instrumentos de manejo para uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades locais relacionados à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos em Unidades de Conservação; e (ii) implementação de boas práticas produtivas baseadas em serviços de biodiversidade e ecossistemas (*Biodiversity and Ecosystem Services – BES*) por comunidades das Unidades de Conservação ou áreas adjacentes.

- 2.04 Componente 3. Recuperação de Áreas Degradadas.** Este componente contribuirá para melhorar a conectividade da paisagem, tanto dentro das Unidades de Conservação quanto com as áreas adjacentes, fornecendo informações essenciais para a priorização dos esforços de restauração e, posteriormente, restaurar as áreas prioritárias. Como tal, o componente financiará: (i) instrumentos de decisão analítica e protocolos de monitoramento para Caatinga, Pampa, Pantanal e Cerrado; (ii) mapas de restauração para os três biomas alvo; (iii) implementação de planos de restauração para áreas selecionadas de paisagens degradadas, incluindo o envolvimento das comunidades; e (iv) planos de uso da terra para áreas protegidas prioritárias de uso sustentável, incorporando avaliações de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, caso aplicável. O financiamento paralelo financiará atividades de restauração por proprietários de terras privadas e atividades para prevenir, controlar e combater a desertificação no bioma Caatinga.
- 2.05 Componente 4. Monitoramento dos Riscos de Extinção de Flora e Fauna.** Este componente promoverá uma gestão mais eficaz das espécies ameaçadas e migratórias nos três biomas através de uma abordagem de planejamento inovadora, atividades de redução de risco focalizadas, avaliações de efetividade e melhor acesso à informação. O componente financiará as seguintes atividades: (i) Planos de Ação Nacional Territoriais para a Conservação das Espécies Ameaçadas (PAN) desenvolvido para os três biomas; (ii) implementação de ações prioritárias de espécies ameaçadas planejadas no PAN nos três biomas; (iii) monitoramento de PANs implementados; (iv) avaliação da eficácia das Unidades de Conservação selecionadas para a conservação e recuperação de espécies ameaçadas; (v) avaliação dos riscos de extinção de espécies ameaçadas; e (vi) portal de consolidação de informação sobre biodiversidade. A análise científica para o PAN territorial, assim como a implementação de ações de conservação prioritárias para espécies ameaçadas selecionadas, incluindo uma atualização dos riscos de extinção e ameaças para espécies prioritárias, serão financiadas com recursos da Contribuição e do financiamento paralelo.
- 2.06 Componente 5. Comunicação e Integração com Comunidades.** Este componente apoiará os outros quatro componentes, promovendo uma colaboração efetiva entre diferentes níveis e áreas de governo, bem como programas de comunicação e participação destinados a envolver comunidades locais na criação e implementação efetiva de atividades de conservação. As atividades deste componente complementarão as atividades orientadas para a comunidade especificadas em componentes anteriores. Este componente financiará, entre outras atividades: (i) seminários para fomentar a colaboração institucional; (ii) orientação técnica e workshops para comunicação participativa com comunidades afetadas; (iii) treinamento de oportunidades baseadas em biodiversidade e serviços ecossistêmicos, os quais também incluirão a capacitação de mulheres; (iv) produção e divulgação de materiais de comunicação para auxiliar o engajamento local; e (v) implementação de mecanismos de reclamos.

III. Custo

- 3.01** O custo total do Projeto é de US\$ 191.776.491,00 (cento e noventa e um milhões, setecentos e setenta e seis mil quatrocentos e noventa e um Dólares), sendo

US\$ 32.621.820,00 (trinta e dois milhões, seiscentos e vinte e um mil oitocentos e vinte Dólares), financiados com recursos do Fundo BID/GEF, e US\$ 159.154.671,00 (cento e cinquenta e nove milhões, cento e cinquenta e quatro mil e seiscentos e setenta e um Dólares) oriundos de um financiamento paralelo do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de outras entidades parceiras do Projeto, conforme detalhado no quadro abaixo:

Custo e Financiamento (em milhões de Dólares)

Categorias de Investimento	IDB/GEF	Financiamento Paralelo	TOTAL	%
I. Custos diretos	28.89	159.15	188.04	98
Componente 1. Criação de novas áreas protegidas	2.83	9.13	11.96	
Componente 2. Manejo de Unidades de Conservação e Áreas Adjacentes	12.74	98.31	111.05	
Componente 3. Recuperação de Áreas Degradadas	6.57	24.72	31.30	
Componente 4. Monitoramento dos Riscos de Extinção de Flora e Fauna	5.66	20.00	25.66	
Componente 5. Comunicação e Integração com Comunidades	1.09	6.99	8.08	
II. Administração do Projeto	3.74	0.00	3.74	2
Administração e coordenação	3.26	0.00	3.26	
Monitoramento, avaliações e auditoria	0.48	0.00	0.48	
TOTAL	32.62	159.15	191.78	
%	17	83	100	

IV. Execução

- 4.01** O Órgão Executor do Projeto será o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, entidade sem fins lucrativos do setor privado especializada no gerenciamento fiduciário e operacional de projetos ambientais. O FUNBIO será responsável pela execução e administração técnica, financeira e fiduciária do Projeto, incluindo, entre outros: (i) administrar o sistema contábil para os recursos financeiros do Projeto; (ii) implementar e executar os sistemas de planejamento e monitoramento; (iii) executar todas as atividades de aquisição de bens e serviços contidos em cada um dos componentes do Projeto e garantir sua efetividade; (iv) implementar os sistemas de controle necessários para assegurar a eficiência e transparência na execução e gerenciamento dos recursos físicos e financeiros do Projeto; (v) abrir uma conta bancária para a administração exclusiva dos recursos da Contribuição; (vi) preparar as solicitações de desembolso e enviá-las ao Banco, juntamente com toda a documentação de suporte; em coordenação com o Ministério do Meio Ambiente (MMA); (vii) garantir a qualidade dos bens e serviços prestados por empreiteiros e fornecedores; (viii) elaborar os relatórios de progresso físico e financeiro para o Projeto de acordo com os mecanismos de

monitoramento e avaliação acordados com o Banco para o Projeto; e (ix) acompanhar e encaminhar relatórios sobre o financiamento paralelo.

- 4.02** O Órgão Executor executará o Projeto usando suas capacidades internas administrativas, técnicas e gerais de controle organizacional e de controle interno. Para fortalecer sua função de execução técnica, o Órgão Executor criará uma Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) dentro de sua estrutura organizacional e alocará os recursos humanos e técnicos necessários para a execução do Projeto. O Órgão Executor usará os seus sistemas gerenciais existentes, especialmente o Sistema Cérebro, para planejamento, aquisições, administração financeira, preparação de relatórios e monitoramento integrados, garantindo a compatibilidade com as normas, procedimentos e sistemas de controle do Banco.
- 4.03** A UGP a ser criada na estrutura do Órgão Executor incluirá quatro funcionários técnicos de tempo integral com dedicação exclusiva ao Projeto: (i) um coordenador geral das atividades do Projeto; (ii) um apoio técnico em planejamento para apoiar o gerenciamento de projetos; (iii) um assistente para atividades de gerenciamento de projetos; e (iv) um analista em planejamento e gerenciamento de conservação. Os custos para esses quatro funcionários técnicos em tempo integral, que são custos diretos do Projeto, serão financiados pela Contribuição (até 3,6% dos recursos da Contribuição). O Órgão Executor disponibilizará uma equipe multidisciplinar de profissionais, com dedicação parcial ao Projeto, para apoiar as atividades da UGP, conforme necessário. Esta equipe consistirá no mínimo dos seguintes perfis de profissionais: salvaguardas sociais e ambientais, gerenciamento financeiro, especialistas em compras e suporte legal, assim como funções de apoio, tais como comunicações, auditoria interna e gerenciamento de dados. A equipe de pessoal técnico adicional para atuar em tempo parcial (por exemplo, biólogo de conservação) também será fornecida pelo Órgão Executor. O supervisor de projetos do Órgão Executor dedicará parte do seu tempo ao Projeto. O Órgão Executor garantirá a presença do seu pessoal técnico nas áreas geográficas do Projeto sempre que necessário, em coordenação direta com os parceiros estratégicos do Projeto, as partes interessadas e as entidades governamentais colaboradoras. Os custos de administração incorridos pelo Órgão Executor não excederão 10% dos recursos da Contribuição e serão pagos proporcionalmente à execução financeira do Projeto, de acordo com as políticas e diretrizes aplicáveis do Banco.
- 4.04** O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é o beneficiário direto do Projeto, pois como órgão central de Meio Ambiente se beneficiará do recebimento de bens, serviços, produtos técnicos e dos resultados dos serviços de consultoria contratados pelo Órgão Executor com os recursos da Contribuição. Nenhum recurso da Contribuição será transferido para o MMA. O MMA liderará a coordenação institucional e técnica da relação entre as instituições governamentais que participam do Projeto, incluindo a elaboração e submissão do planejamento e monitoramento de insumos para o Órgão Executor. Para esse efeito, o MMA criará e manterá uma Unidade de Coordenação Técnica do Projeto (UCP/MMA) ao longo da execução do Projeto, com a estrutura de pessoal financiada pelo MMA. Dada a natureza especial dos mecanismos de implementação desta operação com o MMA como beneficiário direto e sua coordenação

institucional e técnica e o FUNBIO como Órgão Executor, e para minimizar os riscos de execução, é necessário formalizar as funções e atividades específicas a serem realizadas pelo MMA e FUNBIO dentro do esquema de execução e governança do Projeto.

- 4.05** O Órgão Executor coordenará a execução do Projeto com as seguintes entidades governamentais federais e estaduais, as quais participarão e apoiarão a execução do Projeto na área geográfica ou técnica correspondente aos respectivos mandatos legais: (i) O Instituto Chico Mendes (ICMBio) apoiará na operacionalização e implementação de atividades em todos os componentes do Projeto, particularmente aqueles focados em áreas federais de conservação e áreas circundantes; (ii) O Jardim Botânico do Rio de Janeiro contribuirá para a implementação das atividades do Componente 4 relacionadas às espécies de flora ameaçadas de extinção; e (iii) os órgãos estaduais de meio ambiente dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe, contribuirão para a implementação de atividades dos Componentes 1 a 4 focadas em suas respectivas áreas protegidas no âmbito estadual, em conformidade com as definições de atuação junto à UCP. Cada uma dessas entidades que firmar Acordo de Cooperação com FUNBIO e MMA será também beneficiada com bens, serviços e produtos, incluindo os produtos de conhecimento, financiados pelo Projeto. Nenhum recurso da Contribuição será transferido para essas entidades.